Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	
5.4 - Programa de Integridade	
5.5 - Alterações significativas	
5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	16
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	17
10.2 - Resultado operacional e financeiro	26
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	33
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	35
10.5 - Políticas contábeis críticas	38
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	41
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	42
10.8 - Plano de Negócios	43
10.0 - Outros fatores com influência relevante	45

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Em relação aos riscos indicados no item 4.1:

a. Existência de Política formalizada de gerenciamento de riscos gerais:

A Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos gerais, no entanto a Companhia adota medidas suficientes para o gerenciamento dos riscos descritos no item 4.1.

Apesar da Companhia não possuir uma política de riscos gerais formalizada, a Companhia sempre avalia a necessidade de buscar adequar seus controles e formas de minimização para os riscos descritos no item 4.1.

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar seu plano de crescimento, planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Dessa forma, a Companhia desenvolveu sua estratégia de gerenciamento de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos referidos riscos. Para tanto, a Companhia avalia periodicamente não apenas o impacto das variáveis do mercado financeiro sobre os resultados do seu negócio, mas também potenciais riscos provenientes de obrigações assumidas, aqueles inerentes a processos internos inadequados ou deficientes, pessoas, sistemas ou eventos externos, dentre outros.

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

<u>i. Riscos para os quais se busca proteção:</u>

Apesar da Companhia não possuir uma política de gerenciamento de riscos formalizada, a Companhia busca proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela Administração, sua reputação, bem como os resultados financeiros e operacionais, os quais se encontram descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

<u>ii. Instrumentos utilizados para proteção:</u>

Os principais riscos são monitorados periodicamente, garantindo-se a efetividade dos controles-chave de prevenção/mitigação em funcionamento e a execução da estratégia de tratamento dos riscos da Companhia. Para fins de proteção aos riscos aos quais está exposta, a Companhia acompanha as constantes mudanças de legislação e regulação, nos âmbitos tributário, trabalhista, consumidor, ambiental, entre outros e buscando-se estruturar para antecipar/adaptar a referidas mudanças regulatórias; investimos em inovação e produtos para garantir melhor posicionamento no mercado e assegurando cuidadosa e ampla gestão quanto à exposição cambial para evitar impactos financeiros decorrentes da volatilidade de moedas, e quanto aos riscos de perdas com relação à inadimplência de seus clientes, garantindo que os processos de formalização das decisões de crédito e o registro no sistema estarão em conformidade com as normas, bem como maximizar potencial de vendas.

<u>iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos:</u>

O gerenciamento dos riscos da Companhia é realizado por diversos agentes, tais como: i) Auditoria Interna, Controles Internos, Áreas de Crédito, Hedge e Seguros, inseridos na Vice-Presidência Financeira, ii) Ética & Compliance inseridos na Vice-Presidência Jurídica, iii) Environmental Health and Safety (EHS&S) inserida na Vice-Presidência de RH que gerencia os riscos ambientais e de segurança do trabalho, iv) gerenciamento de 'contingências tributárias,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

trabalhistas e civis por meio de Comitês multifuncionais trimestrais. A empresa também conta com a existência de um Comitê de Ética. Trata-se de Comitê multidisciplinar, integrado pela Diretoria sênior da empresa (CEO, CFO, VP Jurídico, Auditoria Interna, Compliance Officer Regional e Responsável por Segurança Corporativa), que se reúne trimestralmente para avaliar e autorizar as iniciativas do Programa de Ética & Compliance da empresa, bem como analisar casos reportados pelo Canal de Denúncias da empresa.

c. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

Gerenciamento de risco de crédito

A Companhia possuí uma Política de Gerenciamento dos Riscos de Crédito ("Política de Riscos de Crédito"), cujo documento é um conjunto de normas e procedimentos que devem ser observados no processo de avaliação do potencial de crédito dos clientes da Companhia, bem como no monitoramento da gestão operacional.

O objetivo da Política de Riscos de Crédito da Companhia é minimizar os riscos de perdas com relação à inadimplência de seus clientes, garantindo que os processos de formalização das decisões de crédito e o registro no sistema estarão em conformidade com as normas, bem como maximizar potencial de vendas.

A decisão de crédito é feita com base na avaliação da capacidade de pagamento do cliente em relação ao valor do potencial de negócio. Considera-se, principalmente, se o cliente tem capacidade de geração de recursos para fazer frente à obrigação a ser assumida junto a Companhia no prazo proposto.

 \acute{E} de responsabilidade da Área de Crédito avaliar qual o nível de risco que um cliente representa, utilizando técnicas de análise de risco, bem como apresentar alternativas para a viabilização de negócios.

A avaliação do risco de cada cliente é realizada pela Área de Crédito com base na sua situação econômico-financeira, histórico de pagamento, faturamento e exposição com a Companhia e no mercado, informações estas obtidas no sistema de informações (Serasa ou empresa equivalente), junto à área de Contas a Receber, Área Comercial da Companhia e outras fontes externas.

Por fim, é importante salientar que a Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade, com cobertura máxima combinada de "stop-loss", revisada anualmente.

Gerenciamento de riscos relativos ao não cumprimento da nova Lei Geral de Proteção de Dados <u>Pessoais</u>

A Companhia vem trabalhando no aprimoramento de seu programa de privacidade e de segurança de dados através da expansão das estruturas de pessoal dedicadas ao tema e da previsão de investimentos de R\$ 15MM para o ano de 2022 em medidas: (i) técnicas de cibersegurança (avaliação proativa e mitigação de eventuais vulnerabilidades em aplicações com dados pessoais), (i) de governança (processos de privacy by design, gestão de terceiros e resposta a solicitação de titulares) e (iii) de conscientização (estratégia de comunicação sobre

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

privacidade para toda a operação latino-americana, pílulas de privacidade e retomada de diversos treinamentos presenciais). Além disso, desde a aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados, foram estruturados o processo de Avaliação de Impacto de Privacidade, garantindo o cumprimento de obrigações legais de registro de operações e de análise e mitigação de riscos, bem como o processo de avaliação de terceiros, assegurando que dados pessoais somente sejam compartilhados com fornecedores que apresentem controles de segurança compatíveis aos exigidos pela Companhia. Também são ministrados, de forma recorrente, treinamentos sobre privacidade e cybersecurity a toda a companhia, durante eventos como a Semana da Integridade e o Dia Internacional da Privacidade, a áreas e departamentos específicos (sobretudo aqueles com maior volume de tratamento de dados pessoais), além de outras iniciativas realizadas com o apoio dos pontos focais de privacidade de cada área de negócio (privacy champions) e de uma nova plataforma de treinamentos de privacidade e segurança cibernética em formato gamificado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

5.2 - Política de gerenciamento de riscos e controles internos em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2

a. Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui uma política de gerenciamento de risco de mercado formalmente aprovada, mas possui políticas internas ("Política de Câmbio e Preço de Commodities e Política de Riscos de Crédito da Companhia") que visam controlar ou mitigar riscos que possam impactar de forma adversa suas operações e resultados.

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

Conforme descrito acima, a Companhia não possui uma política de gestão de riscos formalizada, mas adota as políticas internas mencionadas acima com o objetivo de estabelecer as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos relacionados aos negócios da Companhia. Tais mecanismos e procedimentos incluem:

i. Riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia monitora e busca proteção para riscos cambiais existentes em sua exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira existente em seu balanço e a compromissos altamente prováveis de compra/venda (importação e exportação) em moeda estrangeira.

Adicionalmente, a Companhia também está exposta à variação de preços de commodities, como cobre e alumínio. Os riscos advêm de compras futuras altamente prováveis dessas commodities que não estão fixadas diretamente com fornecedores.

Para estes riscos de mercado específicos, relacionados às taxas cambiais e à variação de preços, dentre os demais mencionados no item 4.2, nossa política de riscos busca visar proteção.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

• Hedge de Balanço

A Política Global da controladora da Companhia determina que a nossa posição de balanço seja coberta por operações de "hedge" nos volumes entre 80% a 100%. Estas operações são designadas como hedge a valor justo por meio do resultado e são reavaliadas e ajustadas mensalmente. Os ajustes positivos e negativos decorrentes destes contratos de hedge são reconhecidos mensalmente no resultado como receita ou despesa financeira.

O objetivo do uso destes contratos é neutralizar o efeito de flutuações cambiais onde o ajuste negativo ou positivo do contrato de hedge é compensado pelo ganho ou perda cambial dos ativos e passivos líquidos.

• Cash Flow Hedge de Moeda

A Companhia está exposta a compromissos altamente prováveis de compra/venda em moeda estrangeira. Esta exposição futura é coberta mensalmente de acordo com a Política Global, que vincula a cobertura de hedge ao prazo negociado conforme segue:próximos 12 meses: de 50% a 75%, 13º mês 37,5%, 14º mês 25% e 15º mês 12,5% de cobertura.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

• Cash Flow Hedge de Commodities

Para proteger-se da exposição de variação nos preços de commodities, a Política Global adotada estabelece: cobertura de hedge para os próximos três anos, da seguinte forma:

 Próximos 9 meses
 Entre 10 a meses
 Entre 13 a la meses
 Entre 16 a la meses
 Entre 19 a la meses
 Entre 22 e la meses

 Limite de cobertura
 50% a 80%
 40% a 70%
 30% a 60%
 20% a 50%
 10% a 40%
 0% a 30%

O objetivo da contratação desses instrumentos é dar previsibilidade aos acionistas nos preços do dólar e das commodities.

É importante ressaltar que a Companhia nunca adota um intervalo de cobertura superior a 80%, para seu programa de Cash Flow Hedge de Moeda e Cash Flow Hedge de Commodities, de modo a absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição overhedged e especulativa. O valor justo dos contratos de fluxo de caixa futuros é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento dos ajustes positivos (negativos) de hedge no custo está atrelado ao momento em que o item protegido afeta a demonstração de resultado.

iii. Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge);

Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a Companhia utiliza o Contrato Futuro de Moeda NDF (Non Deliverable Forward Asiáticos e Plain Vanilla).

NDF's Asiáticos, modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a média da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinado período e a taxa contratada (forward), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre exposição líquida.

NDF's Plain Vanilla, modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinada data específica e a taxa contratada (forward), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre os eventos específicos de uma determinada data.

Para sua exposição à variação de preços de commodities, a Companhia protege por meio de contratos de Termo de Mercadorias (Asiático). A liquidação de Termo de Mercadorias "Asiático" se dá pela diferença entre a média aritmética dos preços das commodities divulgados pela London Metal Exchange (LME) de um período determinado e a taxa contratada. No vencimento, o ajuste é feito entre a diferença do preço médio das commodities com a paridade contratada, quando é feito o acerto entre as partes.

É importante ressaltar que a Companhia negocia os contratos de commodities em dólares. Portanto, na análise de exposição de moedas, os valores de commodities são considerados.

De acordo com a sua Política, a Companhia pode utilizar, além dos instrumentos acima mencionados, compra e venda de opções e compra e venda de "zero cost collar". Outros instrumentos não são permitidos.

<u>iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos</u>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

A contratação de operações com derivativos é previamente autorizada pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria da Companhia, conforme as alçadas previstas no Estatuto.

Todas as operações envolvendo derivativos devem estar dentro de um limite de exposição líquida baseada em projeções futuras de exportação e importação da Companhia e da posição atual de Balanço (Contas a Receber e a Pagar).

v. Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Política proíbe negociação de instrumentos financeiros especulativos ou que não tenha fim específico para hedge.

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui uma área específica, alocada em sua Tesouraria, inserida na Diretoria Financeira, e dedicada a, diariamente, monitorar e avaliar a exposição consolidada de forma a acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como para garantir que os objetivos traçados inicialmente sejam atingidos. Todas as operações de hedge e derivativos são previamente autorizadas pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria da nossa Companhia, conforme alçadas previstas no Estatuto.

c. Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia, através de diversas áreas, tais como Controladoria, Auditoria Interna, Tesouraria e Suprimentos, monitora a efetividade de seu programa de hedge. O resultado das operações de derivativos é apresentado à Diretoria mensalmente através de relatórios, e divulgados amplamente nas demonstrações financeiras da Companhia.

- 5.3 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:
- a. Principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigilas:

Embora a Companhia não tenha uma política de gerenciamento de riscos formalizada, as principais práticas adotadas pela Companhia, visando fortalecer o ambiente de controle interno, são:

ÉTICA & COMPLIANCE

- Aplicação anual aos Executivos do questionário de conhecimento, entendimento, concordância e desconhecimento de práticas contrárias às Políticas Globais de Compliance e Manual de Integridade (antigo Código de Ética) da Companhia que não tenham sido, até aquele momento, reportadas aos canais de comunicação adequados;
- O Código de Ética da Companhia foi implementado em 2004 e, desde então, ele é apresentado ao colaborador no primeiro dia de trabalho, sendo entregue a ele uma versão física do mesmo, além da versão eletrônica disponibilizada online a todos os funcionários.
- Referido Código de Ética foi revisado e atualizado e, em Fevereiro de 2019, foi lançado o novo Manual de Integridade da Companhia, elaborado segundo os valores, princípios éticos e cultura organizacional da Companhia. Esse Manual de Integridade e as políticas internas de compliance da Companhia encontram-se disponíveis na Intranet para todos os colaboradores em diversos idiomas, inclusive o português. Ele se encontra também amplamente acessível ao público externo no site local da Whirlpool (https://www.whirlpool.com.br/).
- A Companhia está engajada em promover e disseminar os princípios e diretrizes do Manual de Integridade aos seus colaboradores, de todos os níveis hierárquicos, por meio de comunicações, treinamentos e atividades dinâmicas que visam educar, conscientizar e fomentar a cultura de Ética e Compliance e os Valores da Companhia (Integridade, Respeito, Inclusão e Diversidade, One Whirlpool e Espírito de Vitória). Ademais, os procedimentos internos documentados na Intranet da Companhia dão orientações aos colaboradores através do Manual de Integridade e, aos Fornecedores, através do Código de Conduta de Fornecedores.
- Verificação do histórico de integridade (due diligence) dos terceiros com os quais realiza negócios, com o fim de evitar e mitigar riscos para o negócio no relacionamento com terceiros.
- Realização de avaliação de riscos e auditoria de compliance anticorrupção anuais que abordam e visam identificar novos riscos e mitigar aqueles já identificados como parte do Programa de Ética e Compliance da Companhia.
- Monitoramento e melhoria contínua do Programa de Ética e Compliance.
- Canal de denúncias (Linha de Integridade) é um serviço confidencial gerenciado para a Companhia por uma empresa independente. A Linha de Integridade garante o anonimato e está disponível em mais de 10 idiomas, online e por número de telefone gratuito, 24 horas por dia e 7 dias por semana. A Companhia disponibiliza, também, outros Canais de Integridade que podem ser contatados sobre uma preocupação ou questionamento, quais sejam: gestor direto do colaborador; qualquer gestor da cadeia gerencial do colaborador; qualquer líder da Companhia; membro do Departamento de Ética e Compliance ou Jurídico; membro do Departamento de Recursos Humanos ou de Auditoria Interna.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

• Os demonstrativos financeiros são preparados a partir dos registros contábeis da Companhia, livros e contas que refletem de forma precisa todas as transações materiais da

Companhia, com suficiente grau de detalhamento. Nós usamos o sistema SAP de informações contábeis;

• A Companhia mantém um sistema de controles internos desenhado para fornecer o nível de segurança adequado e suficiente para que os livros, registros e ativos da entidade sejam mantidos e contabilizados corretamente e no período correto. Registros contábeis, políticas e controles internos são periodicamente revisados por uma equipe de Auditoria Interna com base nos requisitos da lei Sarbanes-Oxley (Seção 404 e Seção 302) seguindo os princípios da estrutura de controle COSO, atualizada em 2013 (Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway). Os controles chaves são testados anualmente pela Auditoria Interna para avaliar o desenho e assegurar a efetividade dos controles. Além disso, Auditoria Interna realiza revisão constante de seus controles e narrativas a fim de aprimorá-los e assegurar que os testes estão atualizados para endereçar os riscos. Adicionalmente, a Companhia está seguindo os requerimentos recentes de "Management review" solicitado pelo órgão competente, o PCAOB (Public Company Accounting Oversight Board).

Os Diretores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados na elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório e suficiente para assegurar eficiência, precisão e confiabilidade.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

AUDITORIA INTERNA

A área de Auditoria Interna responde funcionalmente para o Vice-Presidente de Auditoria Global e administrativamente para o Vice-Presidente da área de Finanças.

Anualmente a Auditoria Interna realiza de forma independente a revisão dos processos e controles para assegurar o cumprimento das políticas e normas operacionais, financeiras e contábeis, bem como aderência às normas contábeis, contratos e melhores práticas identificadas no mercado. A Auditoria Interna elabora o Plano Anual de Auditoria com base em entrevistas com a Diretoria e Gerência da Companhia, prioridades estratégicas operacionais, materialidade e discussões com Auditores Externas. Além disso, também efetua uma avaliação de riscos operacionais, estratégicos, conformidade e financeiros de todos os processos e localidades. O Plano Anual de Auditoria é apresentado para Alta Administração e aprovado pelo Conselho de Administração, sendo esse representado pelo Comitê de Auditoria. Durante a execução das auditorias operacionais e financeiras os processos e sistemas são avaliados para assegurar que os riscos estão mitigados com controles eficazes. As deficiências dos controles são reportadas por meio de um relatório de auditoria o qual é comunicado para toda a liderança da Companhia, bem como colaboradores-chaves com seus respectivos planos de ação para remediar as deficiências. A Auditoria Interna acompanha e monitora mensalmente a implementação dos planos de ação para assegurar a remediação das deficiências. Planos de ação pendentes de implementação são reportados trimestralmente para o Comitê de Auditoria.

ÁREA DE COMPLIANCE

A área de Ética e Compliance possui independência de atuação, tendo reporte direto local para o Vice-Presidente Regional do Departamento Jurídico e reporte indireto para a Global Chief Compliance Officer da Companhia, com sede nos Estados Unidos. Além disso, há procedimentos internos que exigem reporte obrigatório aos Comitês de Ética Regional e Global de assuntos relacionados à quebra de procedimentos internos em nível relevante e, a depender da relevância, referido reporte também é feito ao Comitê de Auditoria Global.

ÁREA DE CONTROLES INTERNOS

A área de Controles Internos responde para a Diretoria de Finanças e é responsável pela revisão e melhoria de processos, mitigando e prevenindo os riscos financeiros.

COMITÊ DE ÉTICA

A nossa Companhia mantém um canal de denúncias (Linha de Integridade) online e por número de telefone gratuito (0800), para o recebimento, averiguação e tratativa de denúncias de irregularidades percebidas em seu ambiente de negócios, visando à correção imediata de eventuais desvios de conduta e à prevenção a possíveis transgressões às diretrizes de seu Manual de Integridade e políticas internas. O atendimento pode ser feito anonimamente, se desejado.

O canal de denúncias está disponível na intranet da Companhia, sendo amplamente divulgado a todos os colaboradores. Todos os novos colaboradores participam de um treinamento presencial de integração em seu primeiro dia de trabalho e recebem um treinamento sobre os valores da Companhia, sobre o Manual de Integridade da Companhia e políticas internas de compliance, bem como informações sobre o canal de denúncias e seu funcionamento.

A Companhia conta com um procedimento global de investigações internas e com um Comitê de Ética multidisciplinar integrado pela Diretoria sênior da empresa (CEO, CFO, VP Jurídico, VP de Recursos Humanos, Auditoria Interna e Compliance Officer Regional). O Compliance Officer Regional se reúne trimestralmente com os membros do Comitê de Ética para avaliar e autorizar as iniciativas do Programa de Ética e Compliance da empresa, bem como analisar casos reportados pelo canal de denúncias (Linha de Integridade) da Companhia.

A cultura de "Speak Up" (abertura e confiança em falar à liderança sobre eventuais desconfortos ou preocupações) é amplamente incentivada aos colaboradores por meio de comunicações e treinamentos periódicos como parte de plano de comunicação e treinamento anual elaborado pelo Departamento de Compliance.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

A Companhia supervisiona a eficiência de seus controles internos através de revisão Trimestral dos controles chaves pelos *Control Owners* – SOX-302

Trimestralmente, os *SOX Control Owners* respondem um questionário de forma eletrônica por meio do sistema TeamMate+ confirmando a efetividade dos controles e reportam se houve alguma alteração nos controles chaves, além de constantemente fazer a revisão de seus controles e narrativas a fim de aprimorá-las, inclusive seguindo os requerimentos recentes de "*Management review*" e "*IPE*" (Informação Produzida pela Entidade) solicitado pelo órgão competente, o PCAOB (*Public Company Accounting Oversight Board*).

Adicionalmente, todas as deficiências encontradas são tempestivamente discutidas com as principais áreas com o intuito de gerar um plano de ação robusto e realizar a correção focando no efeito e na causa do fato. A Auditoria Interna é responsável por monitorar e reportar o andamento dos planos de ação.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

Não há deficiências significativas apontadas pelos Auditores Independentes.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

Não aplicável.

PÁGINA: 10 de 45

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- 5.4 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informamos:
- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia conta com o apoio da alta direção da empresa para o fomento de uma cultura ética e de integridade para aplicação efetiva do programa de Ética e Compliance e aderência às leis e regulamentos locais e internacionais. A Companhia adota também políticas e procedimentos internos globais de Compliance, e um canal de denúncias (linha de Integridade) independente, sendo todos eles divulgados através de treinamentos e comunicados, para a alta liderança e todos os colaboradores da organização, voltados à prevenção, detecção e remediação de desvios de conduta, fraudes, irregularidades e atos ilícitos.

 i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:

Auditorias internas são realizadas periodicamente pela Companhia objetivando avaliar e garantir o bom funcionamento de processos internos que possam estar expostos aos diversos riscos de Compliance relacionados ao perfil da empresa, suas especificidades e características do mercado em que atua, tais como: riscos legais, operacionais, financeiros e/ou reputacional. Essas auditorias permitem a aplicação de medidas corretivas e remediativas de fragilidades identificadas nos processos internos da empresa, permitindo o aperfeiçoamento contínuo do programa de Ética e Compliance da companhia, possibilitando à empresa uma resposta tempestiva aos riscos identificados.

Ademais, a Companhia realiza uma verificação de integridade periódica dos terceiros com os quais realiza negócios, em especial, de fornecedores (diretos e indiretos) e prestadores de serviços da sua cadeia produtiva. Essa verificação tem por objetivo garantir com que a empresa trabalhe apenas com terceiros idôneos.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes:

O Comitê de Ética, formalmente aprovado pela Alta Administração, é um órgão multidisciplinar integrado pela Diretoria sênior da empresa (CEO, CFO, VP Jurídico, VP de Recursos Humanos, Auditoria Interna e Compliance Officer Regional). O Comitê de Ética se reúne trimestralmente para avaliar e autorizar as iniciativas do Programa de Compliance da empresa, bem como analisar casos reportados pelos Canais de Integridade da Companhia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui um Código de Ética, denominado Manual de Integridade, formalmente revisado e aprovado em 2019.

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados:
- O Manual de Integridade é aplicável aos colaboradores de todos os níveis hierárquicos da organização, incluindo nesse contexto, os diretores, executivos, membros do Conselho Fiscal, quando este é instalado, e também os membros do Conselho de Administração da Companhia, independente de cargo. O Manual de Integridade é igualmente aplicável a todos os terceiros parceiros de negócios da Companhia.
- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema:

Os colaboradores são treinados sobre o Manual de Integridade e as políticas globais de Compliance ao menos duas vezes ao ano. Eles são requisitados a completar cursos relacionados ao tema, que incluem, inclusive, testes de conhecimento. Ademais, todos os novos colaboradores recebem um treinamento sobre ética e compliance em seu primeiro dia de trabalho, como parte dos temas abordados no processo de integração de novos funcionários. Adicionalmente, comunicações são feitas mensalmente aos colaboradores sobre temas relacionados a Compliance, incluindo a divulgação das políticas, procedimentos globais de Compliance da companhia e divulgação de seus canais de integridade para reporte de dúvidas e/ou preocupações.

 as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:

São aplicáveis sanções permitidas pela legislação local pertinente, como advertências, suspensões e demissões/desligamento de funcionários quando aplicável, a depender do caso, de acordo com as diretrizes previstas no Manual de Integridade, políticas e procedimentos internos da Companhia.

 órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Código de Ética foi aprovado no ano de 2004 pelas áreas internas da Companhia que integram o Comitê de Ética e pela Administração da Companhia. Em fevereiro de 2019, o Código de Ética foi revisado e atualizado, passando a se chamar Manual de Integridade. O referido Manual foi aprovado pelo CEO global da Companhia (Marc Bitzer) sendo divulgado à organização globalmente. A versão online do Manual de Integridade é amplamente disponibilizada em Portal na intranet de acesso livre e irrestrito a todos os colaboradores internos em diversos idiomas, inclusive no idioma português. Além disso, ele pode ser encontrado na página web da Whirlpool (www.whirlpool.com.br).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

 se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros:
 O canal de denúncias da Companhia, atualmente denominado Linha de Integridade, é gerido por uma empresa internacional terceira, especializada no gerenciamento do canal de comunicação "hotline", a qual recebe, em caráter confidencial, comunicações, questionamentos e preocupações.

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em situações nas quais o colaborador não queira usar um dos Canais de Integridade da Companhia (seu gestor direto, um dos gestores da sua cadeia gerencial, representantes do Departamento de Ética & Compliance ou Jurídico, Recursos Humanos, Controles Internos ou qualquer líder da Companhia), ele poderá utilizar, gratuitamente, a Linha de Integridade da Companhia (via internet ou telefone 0800). Insta salientar, que a Linha de Integridade funciona vinte e quatro horas (24h) nos sete dias da semana, sendo o atendimento feito no idioma local do colaborador.

 se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:

O canal de denúncias da Companhia é aberto para o recebimento de denúncias de empregados e de terceiros, inclusive, fornecedores, parceiros de negócios ou qualquer outra parte interessada.

se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé:

O canal de denúncias da Companhia é anônimo e garante total proteção a denunciantes que levantem preocupações. O canal é gerido internamente por profissionais de compliance especializados e que possuem dever de proteção ao anonimato e das informações recebidas por este canal. Ademais, a Companhia possui uma política interna de não-retaliação que visa proteger denunciantes.

órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias:

A Companhia conta com um grupo interno de investigadores responsáveis pela apuração de denúncias que formam a Equipe de Apurações Internas da Companhia. Este órgão é composto por colaboradores qualificados e capacitados, sendo membros permanentes: responsáveis de Ética & Compliance Legal, Auditoria Interna e Recursos Humanos. A depender do teor da denúncia, membros não-permanentes poderão ser envolvidos no processo de apuração de casos específicos, como, por exemplo: responsáveis de Segurança da Informação, Segurança Corporativa e Patrimonial, Jurídico, EHS&S.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas:

A Companhia, nos casos de processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias adota todos os procedimentos usuais para a identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas, realizando os procedimentos de *due diligence* através de empresas de consultoria especializadas e/ou escritórios de advocacia que assessoram a Companhia em tais operações para a elaboração de Relatórios e/ou Reportes para a identificação de possíveis riscos e vulnerabilidades para a implementação da operação, garantindo dessa forma os mecanismos usuais e de mercado para tal prática.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido:

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a questão apresentada.

PÁGINA: 14 de 45

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve, no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

PÁGINA: 15 de 45

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

PÁGINA: 16 de 45

10.1 Comentários dos Nossos Diretores sobre: 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais Introdução

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitidas em 25 de março de 2022, inclusive as notas explicativas, bem como outras informações financeiras contidas no presente documento.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 980 milhões, R\$ 712 milhões e R\$ 1.774 milhões (sendo R\$ 773 milhões das operações em continuidade) respectivamente. Apresentamos abaixo os índices de endividamento sobre ativo total e liquidez corrente, referentes à Companhia:

Índices	2021	2020	2019
Endividamento sobre ativo total	0,76	0,73	0,60
Liquidez corrente	1,07	1,16	1,38

O capital de giro da Companhia e seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros e linhas de créditos disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital da empresa é formada por capital próprio proveniente da geração de caixa operacional da Companhia e por capital de terceiros, composto majoritariamente pelas operações com *vendor*.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta hoje níveis satisfatórios de alavancagem e seu objetivo é assegurar uma classificação de crédito forte, maximizar o valor do acionista e a perpetuidade do negócio.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o patrimônio líquido era de R\$ 2.110 milhões, R\$ 1.929 milhões e R\$ 3.019 milhões respectivamente. O capital de terceiros nestes mesmos períodos era de R\$1.183, R\$ 297 milhões em 2020 e R\$ 596 milhões em 2019.

O percentual de capital de terceiros sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, eram de 56,1%, 15,4% e 19,7% respectivamente, sendo o percentual remanescente de capital próprio proveniente da operação da Companhia.

A diretoria monitora sua estrutura de capital através de sua dívida líquida: empréstimos, financiamentos e operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital existente nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, considerando a dívida líquida sobre o patrimônio líquido.

PÁGINA: 17 de 45

10.	Comentários dos diretores / 10.1	- Condições finálବଅଖାୟିଣ/patrimoniais		
		2021	2020	2019
	Empréstimos e financiamentos	1.183.021	297.175	595.755
	Derivativos	(61.135)	(14.226)	(19.393)
	(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.676.929)	(1.906.997)	(1.633.584)
	Dívida líquida	(555.043)	(1.624.048)	(1.057.222)
	Patrimônio líquido	2.110.232	1.928.611	3.019.055
	Patrimônio líquido e dívida líquida	1.555.189	304.563	1.961.833

A diretoria destaca que a posição de dívida líquida é negativa, ou seja, possui caixa e equivalentes de caixa suficientes para liquidar os empréstimos, financiamentos e derivativos em sua totalidade.

Não há, no curto prazo, previsão de resgate de ações de emissão da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossa maior necessidade de recursos deve-se a (i) pagamento das matérias-primas, mão de obra e serviços para produção dos produtos e (ii) impostos relacionados a nossas atividades operacionais.

Nossa principal fonte de recurso é o caixa gerado por meio de nossas atividades operacionais.

A posição do ativo circulante em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 6.968 milhões, comparada com R\$ 5.421 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 5.899 milhões em 31 de dezembro de 2019.

A posição do passivo circulante em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 6.540 milhões, comparada com R\$ 4.686 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 4.276 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Acreditamos que os recursos disponíveis, a nossa geração de caixa operacional e linhas de crédito existentes serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia é sua própria geração de fluxo de caixa operacional, impulsionada principalmente pela gestão de prazos de recebimento e pagamento de clientes e fornecedores, respectivamente.

Adicionalmente, a Companhia disponibiliza, conforme sua política de crédito, a possibilidade de efetuar acordo com seus clientes através de operações de *vendor* junto a bancos comerciais de primeira linha, atuando de forma a garantir linhas de crédito. Em caso de inadimplência por parte do cliente, a Companhia garantirá a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis (os montantes relacionados a esta operação são apresentados como "Empréstimos e Financiamentos").

Importante ressaltar que a Companhia possui seguro contra risco de crédito para cobrir o risco de inadimplência. A Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade. Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a cobertura máxima combinada de "stop-loss" fornecidos por essas políticas foram,

respectivamente, de R\$ 850 milhões, R\$ 290 milhões e R\$ 395 milhões. 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Além da geração de caixa operacional da Companhia, havendo eventuais descasamentos de disponibilidades no curto prazo, a Companhia dispõe de linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

Em dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia tinha disponível uma linha de crédito garantida, que oferece empréstimos de até R\$ 1.000.000 mil, com algumas restrições sobre o montante disponível para cada saque. Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não tínhamos empréstimos contraídos sob este contrato de crédito.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas (últimos 3 exercícios), descrevendo ainda:

	Consolidado			
	2021	2020	2019	
Moeda nacional:				
Vendor (0,61% a 0,93% a.m.)	1.183.021	297.175	577.029	
Moeda estrangeira:				
Saques cambiais de exportação (ACE)	-	-	18.726	
Total empréstimos e financiamentos	1.183.021	297.175	595.755	
Circulante	1.183.021	297.175	595.755	
Não circulante	-	-	-	

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos relevantes da Companhia referem-se a transações de vendor.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras dívidas de longo prazo contratadas com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Na hipótese de eventual concurso universal de credores a ordem de precedência segue os termos do artigo 83 da Lei 11.101/05 ("Lei das Falências") e seria a seguinte: primeiro seriam satisfeitas as obrigações relativas a empregados e equiparados até o limite de 150 salários mínimos, na sequência seriam satisfeitas as obrigações de natureza tributária e, por fim, as obrigações quirografárias, uma vez que a Companhia não possui obrigações registradas no passivo exigível com garantia real ou qualquer outro privilégio ou preferência.

(iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas

PÁGINA: 19 de 45

dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprido essas restrições.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não houve restrições (covenants) impostas à Companhia.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Conforme mencionado anteriormente, os empréstimos e financiamentos relevantes da Companhia referem-se estritamente a operações de *vendor*.

Existem contratos previamente estabelecidos entre a Companhia e os bancos parceiros com limites máximos de contratação. As taxas são firmadas no momento da contratação, de acordo com as condições de mercado.

Adicionalmente, por governança, a Companhia estabelece limites internos pré-aprovados em seu estatuto e atas. Em 31/12/2021, o saldo de *vendor* em aberto representa 70% do limite pré aprovado pela Administração da Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resultados operacionais consolidados: A tabela a seguir demonstra os resultados operacionais consolidados referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Cancalidada

	Consolidado		
	2021	2020	2019
Receita líquida de vendas e serviços	11.380.278	9.312.094	7.767.833
Custo dos produtos vendidos e dos serviços			
prestados	(9.365.276)	(7.417.207)	(6.435.507)
Lucro bruto	2.015.002	1.894.887	1.332.326
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas e distribuição	(691.380)	(585.797)	(630.235)
Despesas administrativas	(371.219)	(383.804)	(334.304)
Outras receitas (despesas) operacionais	156.247	60.668	344.312
Equivalência patrimonial	(11.687)	(7.464)	(5.611)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	1.096.963	978.490	706.488
Receitas financeiras	490.369	564.064	858.268
Despesas financeiras	(417.305)	(559.732)	(449.641)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro das			
operações em continuidade	1.170.027	982.822	1.115.115
Imposto de renda e contribuição social correntes	(108.680)	(319.013)	(412.040)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(79.537)	49.928	31.116
	(188.217)	(269.085)	(380.924)
			_
Lucro líquido das operações em continuidade	981.810	713.737	734.191
Operações descontinuadas			
Lucro após os impostos provenientes de			
operações descontinuadas		-	1.042.212
Lucro líquido do exercício	981.810	713.737	1.776.403

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais Atribuíveis aos:

Acionistas controladores	980.325	712.371	1.774.863
Acionistas não controladores	1.485	1,366	1,640
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	0,65234	0,47403	1,18098

Em 2021 a receita líquida de vendas e serviços cresceu 22,2% ou R\$ 2.068 milhões, chegando a R\$ 11.380 milhões. Já em 2020 a receita líquida de vendas e serviços aumentou 19,9% ou R\$ 1.544 milhões, passando de R\$ 7.768 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 9.312 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O custo dos produtos vendidos acumulado cresceu 26,3% ou R\$ 1.948 milhões em 2021, chegando a R\$ 9.365 milhões. Tal variação está vinculada ao aumento do volume de vendas e aumento de custo das *commodities* e componentes no período. Em 2020, o custo dos produtos vendidos acumulado aumentou 14,8%, passando de R\$ 6.436 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 7.417 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A variação deve-se principalmente ao impacto gerado na indústria pelo aumento de custos tanto relacionados ao câmbio, quanto *commodities* importantes como aço e resinas.

Nossas despesas operacionais compreendem substancialmente despesas com vendas, propaganda, publicidade e relacionados, administrativas, gerais e tributárias, e outras despesas operacionais, líquidas.

Os fatores acima determinaram o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, que foi de R\$ 1.170 milhões no exercício de 2021, um aumento de R\$ 187 milhões em relação a 2020, quando o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social foi de R\$ 983 milhões, comparado a R\$ 1.115 milhões no mesmo período em 2019, representando uma variação negativa de R\$ 132 milhões. O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 alcançou R\$ 982 milhões ou 8,67% das receitas líquidas de vendas e serviços. Em 2020, o lucro líquido foi de R\$ 714 milhões ou 7,7% e R\$ 1.777 milhões em 2019 ou 22,9%.

Contas patrimoniais consolidadas: A tabela a seguir demonstra as contas patrimoniais consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

	Consolidado		
Ativo	2021	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.676.929	1.906.997	1.633.584
Contas a receber, líquidas	2.842.092	2.190.542	1.352.849
Estoques	1.863.893	913.119	760.790
Impostos a recuperar	291.046	249.043	710.513
Partes relacionadas	89.040	23.872	1.303.280
Operações com derivativos	68.324	47.341	28.246
Outros ativos	136.874	90.363	109.802
Total do ativo circulante	6.968.198	5.421.277	5.899.064
Não circulante			
Partes relacionadas	26.409	11.622	-
Contas a receber, líquidas	-	784	139.873
Operações com derivativos	178	1.350	57
Impostos a recuperar	314.890	132.798	139.019

Depósitos judiciais e outros 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Composto de renda e contribuição	175.147 Condições fina	122,533 nceiras/patri	107.573 moniais
social diferidos	233.665	327.960	286.681
Outros contas a receber	48.623	13.000	15.425
Investimentos	143.611	155.298	147.139
Imobilizado	1.096.300	791.160	756.278
Direito de uso	133.002	92.513	104.452
Intangível	24.587	30.118	38.801
Total do ativo não circulante	2.196.412	1.679.136	1.735.298
Total do ativo	9.164.610	7.100.413	7.634.362
	(Consolidado	
Passivo e Patrimônio líquido	2021	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	4.191.681	3.349.451	2.472.096
Empréstimos e financiamentos	1.183.021	297.175	595.755
Financiamento por arrendamento	39.250	35.933	41.153
Impostos, taxas e contribuições a pagar	252.348	243.451	279.155
Salários e encargos sociais	129.039	105.655	96.280
Operações com derivativos	5.423	31.002	295.836
Partes relacionadas	70.905	86.735	7.264
Outros passivos	668.115	536.614	488.763
Total do passivo circulante	6.539.782	4.686.016	4.276.302
Não circulante			
Financiamento por arrendamento	98.488	64.520	68.307
Impostos, taxas e contribuições a pagar	20.326	23.340	25.500
Operações com derivativos	1.944	3.463	1.646
Partes relacionadas	36.597	52.422	-
Plano de assistência médica /			
previdência privada	77.504	86.500	91.673
Provisão para demandas judiciais e			
administrativas	213.900	144.302	119.500
Outros passivos	65.837	111.239	32.379
Total do passivo não circulante	514.596	485.786	339.005
Patrimônio líquido			
Capital social	1.159.103	1.159.103	1.159.103
Reserva de capital	257.673	234.355	213.219
Reserva de lucros	710.191	639.889	307.521
Outros resultados abrangentes	(19.977)	(106.550)	1.338.766
Lucros acumulados	-	-	-
Participação de não controladores	3.242	1.814	446
Total do patrimônio líquido	2.110.232	1.928.611	3.019.055
Total do passivo e patrimônio líquido	9.164.610	7.100.413	7.634.362

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As variações significativas nas contas patrimoniais foram:

Ativo circulante

<u>Contas a receber</u>: (2021-2020) Aumento de R\$ 652 milhões, decorrente principalmente de aumento nos preços de vendas ao longo de 2021, quando comparado a 2020. (2020-2019) Aumento de R\$ 837 milhões, é decorrente principalmente pelo aumento no volume de vendas do segundo semestre de 2020 e redução de antecipações de recebíveis, em linha com o aumento na receita líquida do exercício.

<u>Impostos a recuperar</u>: (**2021-2020**) Aumento de R\$ 42 milhões decorrente principalmente do registro de créditos de ICMS s/ Pis e da Cofins e créditos de IPI sobre frete, bem como geração de créditos provenientes da própria operação ainda não consumidos. (**2020-2019**) Redução de R\$ 461 milhões, decorrente da compensação do crédito de ICMS s/ Pis e Cofins.

<u>Partes Relacionadas</u>: (**2021-2020**) Aumento de R\$ 65 milhões decorrente do registro de saldos a receber contra a Whirlpool Corporation durante 2021. (**2020-2019**) Redução de R\$ 1.279 milhões, decorrente da liquidação dos mútuos com as controladoras Brasmotor Ltda no valor de R\$ 517 milhões e Whirlpool do Brasil Ltda no valor de R\$ 762 milhões.

Ativo não circulante

<u>Contas a receber</u>: (**2020-2019**) Redução de R\$ 139 milhões, decorrente da reclassificação para Outras Contas a Receber do saldo remanescente do cliente Máquina de Vendas que está em processo de recuperação judicial, bem como a provisão para perdas esperadas (100% do saldo está provisionado).

<u>Impostos a recuperar</u>: (2021-2020) Aumento de R\$ 182 milhões decorrente principalmente do registro de IR e CS sobre os juros SELIC incidentes nos créditos recebidos como repetição de indébito. (2020-2019) Aumento de R\$ 138 milhões, decorrente da reclassificação entre curto e longo prazo, dos créditos de ICMS s/ Pis e Cofins.

<u>Direito de uso</u>: (**2021-2020**) Aumento de R\$ 40 milhões decorrente principalmente dos reajustes contratuais no aluguel da Whouse e da locação dos novos galpões para o Projeto Malhas (PB e ES). (**2020-2019**) Aumento de R\$ 105 milhões, referente a implementação do CPC 06 (Contratos de Arrendamento) no ano de 2019.

Passivo circulante

<u>Fornecedores</u>: (2021-2020) Variação de R\$ 842 milhões decorrente do aumento no volume de compras de materiais para recompor o nível de estoque da companhia, além de aumento no preço de *commodities* e componentes, principalmente aço, resina e eletrônicos. (2020-2019) Aumento de R\$ 877 milhões decorrente do aumento na produção de 2020 quando comparado com o ano anterior, justificada pelo aumento na demanda de produtos.

<u>Empréstimos e financiamentos</u>: (**2021-2020**) Aumento de R\$ 886 milhões decorrente a novas contratações de *vendor* no período.(**2020-2019**) Redução de R\$ 299 milhões decorrente de: (i) R\$ 280 milhões na contratação de *vendor* e (ii) R\$ 19 milhões referente ao saldo de antecipações de crédito de exportação (ACE) remanescente de 2019.

<u>Partes relacionadas</u>: (**2021-2020**) Redução de R\$ 16 milhões devido a liquidações efetuadas contra a Whirlpool China no 1º semestre de 2021. (**2020-2019**) Redução de R\$ 209 milhões, é devido a liquidação do mútuo (Debêntures) entre a Whirlpool S.A. e a Whirlpool of India Limited.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais Passivo não circulante

<u>Partes relacionadas</u>: (2021-2020) Redução de R\$ 16 milhões decorrente de liquidações efetuadas contra a Brasmotor no período. (2020-2019) Variação decorrente do registro de novos mútuos no longo prazo.

<u>Outros passivos</u>: (**2021-2020**) Redução de R\$ 45 milhões decorrente principalmente do consumo das provisões ambiental e para reestruturação, constituídas no período anterior. (**2020-2019**) Aumento de R\$ 79 milhões, variação refere-se majoritariamente a provisão ambiental e provisão para reestruturação.

<u>Passivo de arrendamento</u>: (2021-2020) Aumento de R\$ 34 milhões decorrente principalmente do reajuste no contrato de aluguel da Whouse (unidade administrativa - sede da empresa) e da locação dos novos galpões para o Projeto Malhas (Centros de Distribuição Espírito Santo e Paraíba, 2020-2019). Aumento de R\$ 68 milhões, variação referente a implementação do CPC 06 (Contratos de Arrendamento) no ano de 2019.

Patrimônio Líquido

(2021-2020) A principal variação refere-se à geração de lucro no exercício bem como ao pagamento de dividendos no período. (2020-2019) A principal variação refere-se aos dividendos propostos em 2019 e pagos em 2020. (2019-2018) A principal variação refere-se a transação de venda das operações de compressores.

Fluxo de Caixa

	Consolidado		
	2021	2020	2019
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	145.049	1.605.997	614.152
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(274.306)	(145.604)	2.204.266
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(100.811)	(1.186.980)	(2.143.991)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(230.068)	273.413	674.427
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.906.997	1.633.584	959.157
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.676.929	1.906.997	1.633.584
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(230.068)	273.413	674.427

(2021 - 2020)

As principais variações no caixa líquido provenientes das atividades operacionais são: (i) Geração de caixa operacional de R\$ 1.170 milhões referente ao "Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social";

(ii) Consumo de caixa de R\$ 681 milhões relacionados ao aumento no saldo de "Clientes"; (iii) Consumo de **Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais** caixa operacional de R\$ 1.003 milhões relacionado ao aumento de "Estoques" ano contra ano; (iv) Consumo de caixa operacional de R\$ 105 milhões referente a "Impostos a recuperar", impulsionados principalmente pelo reconhecimento de crédito de ICMS s/ Pis e Cofins; e, (v) Geração de caixa operacional no montante de R\$ 745 milhões oriundos do aumento no saldo de "Fornecedores" comparado com o mesmo período de 2020.

A variação no caixa líquido das atividades de investimento advém principalmente dos "Investimentos em ativo imobilizado e intangível", que consumiu um caixa de R\$ 259 milhões em 2021.

Já o consumo no caixa líquido das atividades de financiamento é oriundo principalmente da distribuição de dividendos em 2021 no montante de R\$ 907 milhões, bem como pela "Captação de empréstimos e financiamentos" relacionada às operações de *vendor* no montante de R\$ 886 milhões.

(2020 - 2019)

As principais variações no caixa líquido provenientes das atividades operacionais são: (i) Geração de caixa operacional de R\$ 983 milhões referente ao "Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social"; (ii) Consumo de caixa de R\$ 714 milhões relacionados ao aumento no saldo de "Clientes"; (iii) Consumo de caixa operacional de R\$ 150 milhões relacionado ao aumento de "Estoques" ano contra ano; (iv) Geração de caixa operacional de R\$ 514 milhões referente a "Impostos a recuperar", impulsionados principalmente pela monetização dos crédito de PIS e Cofins; e, (v) Geração de caixa operacional no montante de R\$ 824 milhões oriundos do aumento no saldo de "Fornecedores" comparado com o mesmo período de 2019.

A variação no caixa líquido das atividades de investimento advém principalmente dos "Investimentos em ativo imobilizado e intangível", que consumiu um caixa de R\$ 140 milhões em 2020.

Já o consumo no caixa líquido das atividades de financiamento é oriundo principalmente da distribuição de dividendos em 2020 no montante de R\$ 576 milhões, bem como pela liquidação de "Mútuos e C/C entre partes relacionadas" no montante de R\$ 252 milhões.

10.2. Comentários dos Nossos Diretores sobre: 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas dos negócios variam preponderantemente em função de volume de vendas e preços. Esses componentes também são os principais fatores de influência das receitas de exportações, além das taxas de câmbio.

Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

- (i) Cenário Macroeconômico
- (ii) Mercado Interno

(2021 - 2020)

O PIB brasileiro fechou o ano de 2021 com um crescimento de 4,6%, Com esse resultado, foram superadas as perdas de 2020, quando os efeitos da Covid-19 fizeram com que a economia encolhesse 3,9%. Já a inflação do país atingiu 10,06%no ano (IPCA, fonte IBGE), números recordes da série histórica desde 2015 e a taxa básica de juros — Selic — atingiu o nível mais alto da série histórica: 9,25%, segundo o Comitê de Política Monetária (Copom), uma medida de contenção ao avanço da inflação.

A taxa de desocupação (desemprego) média em 2021 foi de 13,2%, levemente abaixo contra 13,5% do ano de 2020. O ano de 2021 foi o período em que o mercado de trabalho sentiu os maiores impactos do coronavírus.

Ao longo de 2021, um dos indicadores que continuou sofrendo maior oscilação foi a taxa de câmbio. O dólar iniciou o ano no patamar de R\$ 5,20 e terminou próximo a R\$ 5,58, impactado principalmente pela percepção dos investidores do alto risco em investir no Brasil frente às incertezas políticas e situação fiscal agravada pela crise sanitária. Outro fator global importante, são as constantes decisões do Federal Reserve (FED) de desestimular o mercado de títulos, o que impacta diretamente na oferta da moeda e consequentemente sua valorização.

(2020-2019)

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19 e seus impactos na economia local e mundial. As incertezas iniciais sobre a disseminação e letalidade da doença levaram a suspensão temporária das atividades de comércio e serviços e, por consequência, a paralisação de parte do setor industrial, diminuindo a atividade econômica e elevando os índices de desemprego. Para mitigar os impactos desses efeitos negativos, principalmente na renda do brasileiro, e retomar os níveis de atividade econômica, o Governo Federal instituiu um programa de auxílio financeiro emergencial e o BC reduziu a taxa de juros ao menor patamar histórico a fim de estimular o crédito.

Diante desse cenário adverso, o Banco Central estima que o ano de 2020 encerre com uma contração de 4,4% no PIB e inflação de 4,3%, números positivos se comparados às projeções ao longo do ano de 2020, em função da retomada da economia e perspectiva de retomada da reforma fiscal após período de elevado gasto público. A taxa básica de juros – Selic – atingiu o nível mais baixo da série histórica: 2%, segundo o Copom, uma medida de incentivo ao crédito e recomposição de renda da população e de empresários. A taxa de desemprego também bateu recorde no 3T20, chegando a 14,6%, com tendência de piora devido ao aumento da população em busca de emprego a partir da flexibilização das atividades.

Ao longo de 2020, um dos indicadores que sofreu maior oscilação foi a taxa de câmbio. O dólar iniciou o ano no patamar de R\$4,00 e terminou próximo a R\$5,20 impactado principalmente pela percepção dos investidores do alto risco em investir no Brasil frente ao baixo retorno das taxas de juros em função das incertezas da pandemia, crises políticas internas e situação fiscal agravada pela crise sanitária.

A partir do segundo semestre de 2020, apesar do grau de incerteza ainda elevado, o processo de flexibilização

do distanciamento social, o impacto positivo do auxílio emergencial na renda da população e as perspectivas **10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro** de retomada das economias em função do controle parcial da pandemia e progressos no desenvolvimento de uma vacina permitiu a recuperação econômica de forma mais veloz do que o antes estimado, em especial para o setor de eletrodomésticos, que também foi beneficiado pelos impactos da pandemia nos hábitos de consumo e estilo de vida das pessoas.

A expectativa econômica para 2021 é de saída do cenário recessivo de 2020, com um crescimento do PIB de aproximadamente 3,5%, IPCA de 3,6% (abaixo da meta, porém dentro da margem de tolerância), SELIC de 3,5% e manutenção do câmbio por volta de R\$5,0, segundo Relatório de Mercado Focus (8/2/2021). Essas projeções estão pautadas no fim da grave crise sanitária, retomada gradual das atividades econômicas e do mercado de trabalho, retomada das pautas das reformas do Governo, principalmente fiscal e aumento das exportações frente à desvalorização do real.

(2019-2018)

O PIB brasileiro fechou o ano de 2019 com um crescimento de 1,1%, já a inflação do país atingiu 4,3%, praticamente em linha com o centro da meta (4,25%). A taxa básica de juros – Selic– atingiu o nível mais baixo da série histórica: 4,5%. A demora da aprovação da reforma da Previdência, crises políticas internas e a guerra comercial entre Estados Unidos e China fizeram com que o crescimento do país fosse menor do que as previsões otimistas do começo do ano.

Apesar de continuar alta (cerca de 11,9%), a taxa de desemprego teve seu segundo ano consecutivo de queda, ficando abaixo da registrada em 2018 (12,3%) e 2017 (12,7%), mostrando os sinais lentos de recuperação do mercado.

O ano de 2019 começou com o dólar no patamar de R\$3,87 e terminou com a taxa de câmbio próximo ao patamar de R\$4,03, com uma alta acumulada de 6,2%, impactada devido à busca de investimentos mais rentáveis fora do país, à queda das taxas de juros e à guerra comercial entre Estados Unidos e China, que pioraram as contas externas brasileiras.

Mercado externo

(2021-2020)

No cenário externo, o ano de 2021 também foi marcado pelos impactos da COVID-19 na economia mundial. Queda nas atividades econômicas e no consumo, principalmente no setor de serviços, afetou o crescimento global.

Medidas de auxílio à economia por parte dos governos dos países suavizaram os impactos mundiais e o reflexo fica evidente no PIB global com uma avanço em torno de 5,9% após contração de 3,1% em 2020.

A China, por exemplo, cresceu 8,0% em 2021. São reflexos da retomada acelerada da indústria no país que ocorreu enquanto os outros países ainda sofriam com os impactos das contaminações descontroladas pelo COVID-19.

Já a expectativa do PIB dos Estados Unidos é de um avanço de 6,0%. Este efeito positivo no PIB de 2021 é reflexo da retomada no consumo, nas exportações e nos investimentos (privados e públicos). Os planos de estímulo do governo ao longo do ano conseguiram compensar o déficit na economia.

Na América Latina, deve haver um avanço do PIB de 6,0% em 2021, ante uma retração de 7% em 2020. Apesar de uma recuperação em 2021, não se espera que o PIB per capita retorne aos níveis anteriores à crise antes de 2023-2024. O impacto foi assimétrico, afetando principalmente os grupos mais vulneráveis. Como resultado, os níveis de pobreza e pobreza extrema atingiram os níveis mais altos em 20 e 12 anos, respectivamente.

(2020-2019)

O ano de 2020 foi marcado pelos fortes impactos da Covid-19 na economia mundial. A forte queda nas atividades econômicas e no consumo, principalmente no setor de serviços, afetou o crescimento global.

Medidas de auxílio à economia por parte dos governos dos países não foram o suficiente para impedir que o 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro PIB global feche com uma retração em torno de 4,4%.

A China, por exemplo, cresceu 2,3% em 2020 - o menor índice em 44 anos. Ainda assim, conseguiu um feito raro em um ano marcado pela pandemia do novo coronavírus: o país teve uma forte queda no primeiro trimestre, porém conseguiu se recuperar nos meses subsequentes. Sua indústria voltou a funcionar em abril, quando grande parte do mundo sofria com o endurecimento da pandemia. Apesar de seu saldo positivo, há setores como o varejo que não se recuperou totalmente e acumula queda de 3.9%.

Já a expectativa do PIB dos Estados Unidos é de uma retração de 3,4%, a maior queda desde 1946. Este efeito negativo no PIB de 2020 é reflexo da queda no consumo, nas exportações e nos investimentos (privados e públicos). O plano de estímulo do governo de 2,2 trilhões de dólares adotado em março conseguiu, apenas parcialmente, compensar o déficit na economia.

Na América Latina, deve haver retração do PIB de 7,7% em 2020, ante um crescimento de 0% em 2019. Na América do Sul, a Argentina deve fechar com uma retração de 10,5%, e a Venezuela de 28%. Demais países deverão ter uma retração entre 0,8% e 11%. A América Central deve fechar com um PIB de -5.9%, já o México deve ficar próximo de -9.3%.

A situação econômica da Argentina, que já vinha sofrendo com um histórico de recessão nos últimos dois anos, foi agravada em 2020. A forte pressão inflacionária que o país vem sofrendo é potencializada pelos efeitos das medidas de auxílio do governo para o enfrentamento do Covid-19. A inflação fecha 2020 com alta de 36% e uma desvalorização cambial de 28,8%

(2019-2018)

No cenário externo, a guerra comercial entre Estados Unidos e China e a queda de juros nos Estados Unidos afetaram o Brasil, contribuindo para a desvalorização do Real frente ao dólar, batendo recordes históricos.

A América Latina deve fechar com um crescimento do PIB em 2019 de 0,7% ante uma desaceleração de 0,1% em 2018.

Na América do Sul, a Argentina deve fechar com uma retração de 2,4% e a Venezuela de 40%. Demais países deverão ter um crescimento entre 0 e 3%. A América Central deve fechar com um PIB de 2,7%, já o México deve ficar próximo de 0,2%. A China apresentou menor crescimento anual (cerca de 6,0%) ante o resultado de 2018 (6,6%). Na Argentina, a economia continua sofrendo com uma severa desvalorização cambial (cerca de 58%) aliada a uma inflação próxima de 54%. Medidas de austeridade fiscais aprovadas pelo governo refletem na diminuição do risco-país, apesar de que a economia do país sofrerá com um cenário recessivo devido à postergação de investimentos para sua recuperação

Mercados

(2021-2020)

No Brasil, o mercado de linha Branca apresentou queda de 9% em relação a 2020, e o faturamento do varejo com eletrodomésticos cresceu 2% em relação ao mesmo período de 2020, segundo a GfK Brasil. Embora o mercado total apresente queda, as categorias de facilidade do dia a dia apresentam crescimento de 13%, e seu faturamento cresce cerca de 33%. Para 2022 espera-se um mercado estável com ondas secundárias de reinfecção de covid impactando menos os setores e retomada gradual da mobilidade com a permanência das alterações de hábitos provocados pela pandemia.

(2020-2019)

No Brasil, o mercado de linha Branca (Refrigeração, Lavanderia e Cocção) se manteve aquecido em 2020, grande parte deste resultado tem como responsável o varejo online, que funcionou como uma alternativa para os consumidores durante o período da pandemia em que as lojas físicas fecharam. Segundo a Neotrust/Compre&Confie, as vendas de eletrodomésticos no varejo digital obtiveram um faturamento recorde

de R\$4,3 bilhões, reflexo da mudança de hábitos dos consumidores promovidos pelo distanciamento social, em **10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro** que as pessoas permaneceram mais tempo em suas casas e passaram a investir mais em produtos para casa, pela flexibilização da lei trabalhista e pela criação do auxílio emergencial que ajudaram na preservação da renda.

Apesar do cenário incerto para o varejo em função das incertezas sobres o fim da pandemia e em função do fim do auxílio emergencial, o avanço da digitalização no setor, as projeções de crescimento do Brasil e de retomada das atividades econômicas e a permanência das alterações de hábitos provocados pela pandemia em 2020 geram uma perspectiva de manutenção da atividade econômica para o mercado de eletrodomésticos em 2021.

(2019-2018)

No Brasil, o mercado de linha Branca (Refrigeração, Lavanderia e Cocção) apresentou crescimento de 7,9% em 2019 em relação ao ano anterior, reflexo da retomada de confiança do mercado e aumento do poder de consumo das famílias, amparado pela recuperação consistente de crédito, aumento do salário médio e aumento do número de empregos.

A Argentina sofreu significativamente com a queda do mercado que refletiu na linha Branca atrelada aos fatores econômicos de hiperinflação e retração do PIB

Programas de redução de custos

A Companhia continua implementando com sucesso medidas de redução de custos em todos os níveis que visam mitigar i) incertezas com relação à demanda, ii) o aumento do preço das *commodities* e matéria-prima, iii) aumento do dólar e iv) aumento dos valores de contratos atrelados à inflação. Foram implementadas uma série de medidas para o controle, monitoramento e redução de despesas.

• Preço de commodities

Para se prevenir da volatilidade implícita às dinâmicas de oferta e demanda globais das *commodities*, a Companhia atua com operações de hedge, conseguindo estender o horizonte de planejamento para fins estratégicos. As operações com derivativos são definidas através de política global. A política proíbe negociação especulativa e determina a diversificação de contrapartes que devem possuir classificação mínima de rating divulgado por agências especializadas.

Taxas de câmbio

(2021-2020)

Dentro do cenário das divisas internacionais, destaca-se a alta volatilidade da taxa de câmbio ao longo do ano, encerrando o período em R\$ 5,58, com 7% de desvalorização no período. A cotação da taxa possui impactos diretos nas transações internacionais da Companhia, que possui tanto receitas de exportação, quanto custos de importação indexados em moeda internacional. Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a Companhia realiza operações de hedge de acordo com a política global da Companhia.

(2020-2019)

Dentro do cenário das divisas internacionais, destaca-se a alta volatilidade da taxa de câmbio ao longo do ano, encerrando o período em R\$ 5,1967/US\$. A alta volatilidade da taxa de câmbio e a forte desvalorização do real frente ao dólar está principalmente conectada com os efeitos da pandemia da COVID-19 e seus impactos na economia local e global. A cotação da taxa possui impactos diretos nas transações internacionais da Companhia, que possui tanto receitas de exportação, quanto custos de importação indexados em moeda internacional. Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a Companhia realiza operações de hedge de acordo com a política global da Companhia.

(2019-2018)

Dentro do cenário das divisas internacionais, destaca-se a alta volatilidade da taxa de câmbio ao longo do ano, **Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro** encerrando o periodo em R\$ 4,0307/US\$. Apesar da volatilidade na cotação, a valorização do dólar frente ao real, quando comparados os dois fins de período, foi cerca de apenas 3,87%. A cotação da taxa possui impactos diretos nas transações internacionais da Companhia, que possui tanto receitas de exportação, quanto custos de importação indexados em moeda internacional. Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a Companhia realiza operações de hedge de acordo com a política global da Companhia.

Efeitos de investigações governamentais, ou ações relacionadas por outras partes

Em fevereiro de 2009, a Companhia foi notificada pelas autoridades de Defesa da Concorrência sobre uma investigação relativa à indústria global de compressores.

A Companhia resolveu as investigações governamentais em diversas jurisdições, bem como ações civis nos Estados Unidos. A Companhia solucionou algumas outras ações e outras ainda continuam pendentes. Novas ações podem ser propostas. A Companhia continua defendendo-se vigorosamente nas ações judiciais acima referidas, bem como adotando outras medidas para minimizar sua potencial exposição.

Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 2,2 milhões (US\$400 mil aproximadamente) continuaram provisionados. O resultado final e impacto dessas questões, bem como das ações judiciais correlatas e das investigações que podem ocorrer no futuro estão sujeitas a diversas variáveis e não podem ser estimadas. A Companhia constituiu provisões somente para aqueles casos avaliados como risco de perda provável e que o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Apesar de não ser possível estimar de forma razoável o montante total dos gastos que podemos incorrer em razão dessas questões, tais custos podem ter um efeito material na posição financeira, liquidez ou resultados operacionais futuros da Companhia.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

(2021-2020)

Em 2021 a receita líquida de vendas e serviços aumentou 22,2% ou R\$ 2.068 milhões, passando de R\$ 9.312 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 11.380 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 2021 a economia mundial continua a recuperar-se do impacto causado pela COVID-19. As incertezas, de certa forma, ainda permanecem na cadeia e os reflexos da crise sanitária ficaram evidentes nas atividades econômicas, o Fundo Monetário Internacional (FMI) apontou um crescimento menos vigoroso do PIB mundial para o ano de 2021 do que o divulgado anteriormente e o Brasil não escapou dos impactos. A alta da taxa de juros em patamares contracionistas, dado o objetivo do Banco Central de conter o avanço da inflação e de ancorar as expectativas à meta, causa uma restrição do desempenho da demanda agregada, principalmente ao longo do segundo semestre. Por outro lado, o Governo Federal continuou a incentivar monetariamente a população mantendo auxílios ao longo do ano e incentivando o consumo.

Apesar do grau de incerteza ainda elevado, o avanço rápido da vacinação no Brasil que possibilitou o processo de flexibilização das medidas restritivas, o impacto positivo do auxílio emergencial na renda da população e as perspectivas de retomada das economias em função do controle parcial da pandemia, permitiram que fosse estabelecida uma recuperação econômica, em especial para o setor de indústria, que avançou na retomada dos postos de trabalho ao longo do ano sendo refletidos nos índices do Nível de Utilização da Capacidade instalada (NUCI-FGV). Isso contribuiu para o recuo dos índices de desemprego no país comparado ao ano anterior.

O PIB brasileiro fechou o ano de 2021 com um crescimento de 4,6%, Com esse resultado, foram superadas as perdas de 2020, quando os efeitos da Covid-19 fizeram com que a economia encolhesse 3,9%. Já a inflação do

país atingiu 10,06%no ano (IPCA, fonte IBGE), números recordes da série histórica desde 2015 e a taxa básica **Comentarios dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro** de juros – Selic – atingiu o nível mais alto da serie histórica: 9,25%, segundo o Comitê de Política Monetária (Copom), uma medida de contenção ao avanço da inflação. A taxa de desocupação (desemprego) média em 2021 foi de 13,2%, levemente abaixo contra 13,5% do ano de 2020. O ano de 2021 foi o período em que o mercado de trabalho sentiu os maiores impactos do coronavírus.

(2020-2019)

Em 2020 a receita líquida de vendas e serviços aumentou 19,8% ou R\$ 1.544 milhões, passando de R\$ 7.768 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 9.312 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19 e seus impactos na economia local e mundial. As incertezas iniciais sobre a disseminação e letalidade da doença levaram a suspensão temporária das atividades de comércio e serviços e, por consequência, a paralisação de parte do setor industrial, diminuindo a atividade econômica e elevando os índices de desemprego. Para mitigar os impactos desses efeitos negativos, principalmente na renda do brasileiro, e retomar os níveis de atividade econômica, o Governo Federal instituiu um programa de auxílio financeiro emergencial e o Banco Central do Brasil reduziu a taxa de juros ao menor patamar histórico a fim de estimular o crédito.

A partir do segundo semestre de 2020, apesar do grau de incerteza ainda elevado, o processo de flexibilização do distanciamento social, o impacto positivo do auxílio emergencial na renda da população, as perspectivas de retomada das economias em função do controle parcial da pandemia e progressos no desenvolvimento de uma vacina permitiram a recuperação econômica de forma mais veloz do que o antes estimado, em especial para o setor de eletrodomésticos, que também foi beneficiado pelos impactos da pandemia nos hábitos de consumo e estilo de vida das pessoas.

Diante desse cenário adverso, tivemos como reflexo a divulgação do PIB, pelo Banco Central, de retração de 4,1% e uma inflação de 4,52% no ano (IPCA, fonte IBGE), números menos pessimistas se comparados às 35 projeções ao longo do ano de 2020, em função da retomada da economia e perspectiva de retomada da reforma fiscal após período de elevado gasto público. A taxa básica de juros – Selic – atingiu o nível mais baixo da série histórica: 2% a.a., segundo o Comitê de Política Monetária (Copom), uma medida de incentivo ao crédito e recomposição de renda da população e de empresários. De acordo com o IBGE/PNAD, a taxa de desemprego no trimestre findo em 31.12.2020 foi de 13,9%, sendo a maior taxa média já registrada pelo IBGE.

(2019-2018)

Em 2019, a nossa receita líquida de vendas e serviços aumentou 17,5% ou R\$1.160,0 milhões,

passando de R\$6.608,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$7.767,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O PIB brasileiro fechou o ano de 2019 com um crescimento de 1,1%, já a inflação do país atingiu 4,3%, praticamente em linha com o centro da meta (4,25%). A taxa básica de juros—Selic— atingiu o nível mais baixo da série histórica: 4,5%. A demora da aprovação da reforma da Previdência, crises políticas internas e a guerra comercial entre Estados Unidos e China fizeram com que o crescimento do país fosse menor do que as previsões otimistas do começo do ano. Apesar de continuar alta (cerca de 11,9%), a taxa de desemprego teve seu segundo ano consecutivo de queda, ficando abaixo da registrada em 2018 (12,3%) e 2017 (12,7%), mostrando os sinais lentos de recuperação do mercado.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro juros no nosso resultado operacional e financeiro, quando relevante

(2021-2020)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o lucro antes dos impostos sobre o lucro das operações em continuidade da Companhia apresentou um crescimento de 19%, passando de R\$ 983 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.170 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O resultado do Brasil foi impulsionado pelo aumento do volume de vendas ajudado pelo auxílio econômico dado pelo governo durante o ano de 2021, a retomada das atividades e recuo do desemprego e a mudança de comportamento de consumo da população voltado para os cuidados dos lares, influenciaram positivamente o setor de eletrodomésticos.

(2020-2019)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o lucro antes dos impostos sobre o lucro das operações em continuidade da Companhia apresentou uma redução de 11,8%, passando de R\$ 1.115 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 983 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O resultado do Brasil foi impulsionado pelo aumento do volume de vendas devido o auxílio econômico dado pelo governo durante o ano de 2020 e a mudança de comportamento de consumo da população voltado para os cuidados dos lares, influenciaram positivamente o setor de eletrodomésticos. Mesmo com aumento do Lucro antes das receitas e despesas financeiras, o lucro líquido das operações em continuidade do exercício de 2020 não ultrapassou o de 2019, ano que houve o reconhecimento do crédito tributário de PIS e da COFINS em função do trânsito em julgado, referente a exclusão do ICMS da base de cálculo, com decisão favorável à Companhia. A Argentina novamente foi afetada pelo cenário de hiperinflação e a crise foi potencializada pela COVID-19.

(2019-2018)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o resultado operacional da Companhia apresentou um aumento de 349%, passando de R\$248,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.115,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O aumento do resultado foi impulsionado pelo Brasil devido ao reconhecimento do crédito tributário de PIS e da COFINS em função do trânsito em julgado, referente a exclusão do ICMS da base de cálculo, com decisão favorável à Companhia.

A reação do mercado às aprovações das reformas pelo governo, como a da previdência e ao fato do efeito da greve dos caminhoneiros de 2018, suportaram o bom desempenho em relação ao ano passado. A Argentina foi afetada principalmente pelo cenário de hiperinflação e queda nos índices de consumo da população.

PÁGINA: 32 de 45

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras. 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 11 de novembro de 2021 foi aprovada pelo Conselho de Administração a proposta de transferência de quotas da investida CNB Consultoria Ltda., da Brasmotor Ltda. para a Whirlpool S.A., e a subsequente incorporação da CNB Consultoria Ltda. pela Whirlpool S.A.

A incorporação ocorreu em dezembro de 2021 com a aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e trará considerável benefício às partes, de ordem administrativa, econômica e financeira, permitindo a racionalização da estrutura societária, e, consequentemente, a consolidação e redução de gastos. A incorporação não acarretou em aumento de capital social na Companhia tampouco implicou em emissão de novas ações.

c. dos eventos ou operações não usuais

Aumento de capital na investida Whirlpool Argentina S.A.

A Companhia realizou aportes de capital na sua investida na Argentina ao longo do exercício de 2021 totalizando o montante de R\$ 90 milhões. Os aportes foram realizados com o objetivo de viabilizar a construção de uma nova fábrica na Argentina.

Exclusão do frete na base de cálculo do IPI

A Companhia ingressou com ações judiciais para reconhecer o afastamento da inclusão do frete na base de cálculo do IPI para as filiais de Joinville, Rio Claro e Unidade São Paulo, bem como a recuperação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos cinco anos. As ações transitaram em julgado com decisões favoráveis para a Companhia e, desta forma, a Companhia reconheceu no período o montante total de R\$ 51 milhões em seu resultado.

Diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL)

A Companhia ingressou com ações judiciais em todos os Estados para reconhecer a inconstitucionalidade da cobrança do diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL) nas operações de venda ao consumidor final praticadas em 2021, e obteve algumas liminares afastando a exigência do pagamento, especialmente com base na decisão do Supremo Tribunal Federal ocorrida em fevereiro de 2021. Para as ações judiciais ainda pendentes de análise da liminar ou mesmo aquelas em que as liminares foram indeferidas, a Companhia optou pela realização de depósitos judiciais.

Após decisão do Supremo em agosto de 2021, nossos advogados reavaliaram o risco de perda, passando de remoto para possível, em razão da alteração de entendimento sobre a modulação e produção de efeitos da decisão de mérito.

Em dezembro de 2021, o Supremo confirmou o entendimento acima e, com isso, nossos advogados reavaliaram o risco de perda de parte das nossas ações de possível para provável, ensejando a provisão de R\$ 91 milhões.

Créditos oriundos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Em julho de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado favorável de mais uma ação da controlada BUD **Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**Comercio de Eletrodomésticos Ltda., do periodo de 2015 e anos subsequentes. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos, o montante de R\$ 21 milhões foi registrado na rubrica de tributos a recuperar no balanço patrimonial referente aos créditos com direito a monetização em períodos futuros.

Empréstimo à investida B.Blend Máquinas e Bebidas S.A.

Em julho de 2021, a Companhia aprovou um empréstimo no montante de R\$ 14 milhões para a B.Blend Máquinas e Bebidas S.A., investimento controlado em conjunto com a Companhia de Bebidas das Américas-Ambev, ao custo de 130% do CDI e com vencimento para julho de 2026. O mesmo montante foi desembolsado pela Ambev.

IRPJ e CSLL sobre os juros SELIC incidentes nos créditos recebidos como repetição de indébito

Em março de 2021, a Companhia ingressou com ações judiciais para não tributar, para fins de IRPJ e CSLL, os juros SELIC incidentes nos créditos tributários recebidos por meio de repetição de indébito.

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou um recurso afetado como repercussão geral e definiu que não incidem os referidos tributos sobre os juros SELIC. Em razão desta decisão, a Companhia reconheceu na rubrica de impostos a recuperar em 2021 o montante total de R\$ 167 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Comentários dos Nossos Diretores sobre:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 01.01.2021, foram as seguintes:

- Alterações no CPC 06 (R2) Arrendamentos;
- Alterações no CPC 40 (R1) Instrumentos financeiros: Evidenciação; e
- Alterações no CPC 48 Instrumentos financeiros.

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos relevantes em suas políticas operacionais e contábeis.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 01.01.2020, foram as seguintes:

- Alterações no CPC 15 (R1) Definição de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 Reforma da taxa de juros de referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23 Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2) Estrutura conceitual para relatório financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2) Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos relevantes em suas políticas operacionais e contábeis.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 01.01.2019, foram as seguintes:

- Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro IFRIC 23/ICPC 22: A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação a apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. Na data base de 31.12.2019, a Companhia concluiu os estudos dos processos sujeitos à análise sob a ótica do IFRIC 23 e nenhuma provisão adicional foi identificada, além das que já foram registradas contabilmente.
- Leases IFRS 16 / CPC 06 (R2): Para avaliar os impactos financeiros da Companhia com as alterações trazidas pelo CPC 06 (R2), a Administração avaliou todos os contratos de arrendamentos imobiliários, arrendamentos de equipamentos e ativos arrendados incorporados em um contrato de serviço que a

Companhia possui, a fim de identificar todos os aspectos contratuais que devem ser considerados para 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases aplicar e mensurar os ativos de direito de uso, os passivos de arrendamento e as isenções de reconhecimento.

De acordo com o item 5 do CPC 06 (R2), a Companhia pode optar pela isenção de aplicação da norma para os arrendamentos de curto prazo e para os quais o ativo subjacente seja de baixo valor. A Norma menciona que essa análise deve ser realizada para os itens individuais, quando novos (Ex. Notebooks), porém, a Companhia optou por aplicar essa análise nos contratos em sua totalidade, e não de forma individual, devido à relevância do valor total dos contratos de arrendamento.

A identificação do tempo contratual foi realizada através da análise individual de cada contrato de arrendamento mercantil e todos os seus respectivos aditivos. Portanto, a data de assinatura do contrato é considerada a data inicial, onde a Companhia passa a controlar o ativo e a data final estipulada em contrato refere-se ao prazo final do arrendamento. A Companhia entende que o conceito de utilizar o prazo contratual é a melhor estimativa para a determinação do tempo de uso do arrendamento.

Para mensuração do valor dos pagamentos, a Companhia determinou os valores como fixos pelo arrendador, ou seja, valor mínimo em contrato. Para os contratos cujo pagamento ocorre de forma variável (Ex. Empilhadeiras - contratação variável de equipamentos, conforme sazonalidade), foi considerado para a mensuração do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento apenas os valores fixos.

Para fins de adoção do IFRS 16 a Companhia adotou a taxa nominal, a qual leva em consideração o risco de crédito do país, o prazo do contrato dos arrendamentos e a natureza e qualidade das garantias oferecidas, entre outros. A taxa de desconto aplicada ao cálculo foi mensurada pela tesouraria da Whirlpool Corporate com a colaboração da equipe Bloomberg e levou em consideração fatores específicos da região, considerando as empresas consolidadas nestas demonstrações financeiras.

A tabela abaixo ilustra as taxas praticadas de acordo com o prazo de cada contrato:

Prazo dos contratos	Taxa % a.a
1 ano	9,57%
2 anos	10,02%
3 anos	10,36%
4 anos	10,67%
5 anos	11,00%
10 anos	12,74%
20 anos	16,64%

Os contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a aquisição dos ativos arrendados ao fim do prazo contratual. Diante disso, a vida útil dos ativos na ausência de perda ao valor recuperável, será o prazo contratual, dos dois o menor. A amortização desses ativos ocorrerá de forma linear. A Companhia optou por utilizar o modelo retrospectivo simplificado.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve impactos significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios de 2019, 2020 e 2021 em decorrência das alterações em práticas contábeis.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos últimos três exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores nem inclusão

de parágrafos de ênfases nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Em atendimento à determinação de divulgação das informações pertinentes ao relacionamento com os auditores independentes, nos termos da Instrução CVM nº381/03, informamos que no exercício de 2021, a Whirlpool S.A. utilizou serviços prestados pela RSM Brasil Auditores Independentes S.S., referentes a auditoria externa independente em conformidade com as regras de independência estabelecidas pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Comentários dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, Estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Julgamento

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste relevante ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência

de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergențes dos regulamentos tributários pela entidade **10. Comentários dos diretores / 10.5 - Politicas contábeis criticas** tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e das suas controladas.

O imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de desconto adequada é definida com base em títulos privados de longo prazo cuja duração seja a mesma das obrigações existentes no plano. Atualmente no Brasil, não existe um mercado específico de referência para títulos privados. Por este motivo, a Companhia utiliza como parâmetro títulos do governo denominados Nota do Tesouro Nacional, de categoria B (NTN-B), pois a Administração julga que este é o título que reflete de forma mais adequada a taxa de desconto a ser utilizada no longo prazo.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade utilizadas pelo mercado. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Ativos tangíveis

O tratamento contábil do investimento em ativos fixos tangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular os bens classificados como máquinas e equipamentos. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação ao volume de unidades produzidas. A Administração analisa periodicamente o desempenho das unidades geradoras de caixa a fim de identificar possível desvalorização dos ativos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controlada têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia e suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário

para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de **10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas** encerramento, incluida a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- 10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:
- a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

Não aplicável para os 3 (três) últimos exercícios sociais.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável para os 3 (três) últimos exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- 10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:
- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos de capital realizados em 2021 e previstos para 2022 tratam-se, em sua maior parte, de investimentos no aumento de flexibilidade e capacidade produtiva, iniciativas de aumento de produtividade e redução de custo, manutenção de máquinas e equipamentos das plantas industriais, adaptação às normas de segurança e ambientais (processos, produtos e serviços), desenvolvimento de novos produtos, infraestrutura da nossa sede administrativa e em tecnologia da informação.

Fontes de financiamento dos investimentos

Nossa principal fonte de recurso é o caixa gerado por meio de nossas atividades operacionais.

Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No Brasil a Whirlpool possui 3 fábricas (Joinville/SC, Rio Claro/SP e Manaus/AM), 1 centro administrativo (W House), 3 centros de distribuição (São Paulo/SP, Serra/ES e Alhandra/PB) e 5 centros de tecnologia, sendo 4 em Joinville (1. Refrigeração, 2. Ar-condicionado e Águas, 3. Cocção e Microondas 4. Eletrônica) e 1 em Rio Claro (Lavanderia, Lava-louças e Secadora).

A inovação faz parte do nosso DNA e, por isso, a companhia investe muito além dos produtos, mas também em áreas como manufatura, qualidade, processos, serviços, marketing e modelo de negócio para entregar valor aos nossos consumidores. Nossa principal estratégia é colocá-lo no centro das nossas decisões, sempre com o desafio de inovar com propósito e qualidade, entregando soluções que impactem de forma positiva toda a jornada do consumidor - desde a pesquisa por um novo produto, ao momento do pós-venda até a recompra da marca, sempre mantendo o relacionamento. Dentro desse contexto, investimos de 3% a 4% de nosso faturamento, independentemente do cenário, e conta com mais de 800 profissionais dedicados a PD&I, além de ser o maior pólo de produção e pesquisa de lavanderia doméstica na América Latina e de refrigeração

doméstica no mundo. 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Entendemos também a importância da atuação conjunta e, por isso, há mais de 30 anos temos parcerias com Universidades e Centros de Pesquisas, como a Universidade Federal de Santa Catarina e o SENAI. Mais recentemente, em 2019, criamos o programa INception com o propósito de fomentar a inovação aberta e alavancar o relacionamento com startups, por exemplo com a participação no Programa de Inovação Aberta da Associação Catarinense de Tecnologia - ACATE, o LinkLab em Joinville/SC e o espaço para parcerias dentro do Inovabra em São Paulo.

Outra parceria bastante relevante é o Inova Talentos, um programa promovido pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), que tem por objetivo colaborar para a formação de profissionais aptos a atuar no setor de inovação empresarial. Desde 2013, a Whirlpool implementou em seus projetos de inovação em produto, processo e organizacional mais de 180 bolsistas e desses, em torno de 30% foram efetivados.

Desde 2019 a Companhia vem fortalecendo a cultura, mentalidade e metodologia ágil, para organizar a forma de pensar e agir. Com a criação de times ágeis (conhecidos como Squads), temos cerca de 100 pessoas hoje só na equipe de Digital e mais 30 em times do D2C, TI e Logística. O uso da metodologia trouxe diversos benefícios para a Cia como fomentar a cultura de colaboração, experimentação e entregas contínuas acelerando o processo de Transformação Digital.

Como resultado do constante investimento em inovação, a Whirlpool é reconhecida nos principais prêmios e rankings de inovação do país. Em 2021, figurou entre as empresas mais inovadoras do país segundo o Anuário Valor Inovação Brasil 2021, publicado pelo jornal Valor Econômico, e também como líder em open innovation na categoria de Indústria Eletroeletrônica, segundo o ranking 100 Open Corps.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há.